

**TRABALHO, POLÍTICA E TERRITÓRIOS:
reconfigurações sociais na crise do neoliberalismo**

***WORK, POLITICS AND TERRITORIES:
social reconfigurations in the crises of neoliberalism***

Cristhiane Falchetti (USP)

Ruy Braga (USP)

A atual crise vivida pelas classes trabalhadoras no contexto de emergência sanitária trouxe para o centro das indagações sociológicas a relação conflitiva entre as exigências econômicas da acumulação capitalista e as necessidades não econômicas da reprodução social. Mediante o aprofundamento do neoliberalismo, cada vez mais, ganham relevo as atividades dedicadas à manutenção e renovação da força de trabalho, para onde avançam os processos de mercantilização, instaurando aí diversos conflitos. Em muitos países, vemos formas insurgentes de resistência lideradas por setores de trabalhadores antes invisibilizados, tais como enfermeiros, entregadores de aplicativos e trabalhadores da construção civil, por exemplo. Estaríamos diante da emergência de novas estratégias de mobilização associadas à pandemia ou o aumento do desemprego e do subemprego irá erodir esses esforços organizativos?

A marcha da globalização neoliberal, atrelada ao desenlace das tradicionais formas de solidariedade e organização fordista, produziu um cenário de incertezas políticas e indefinição acerca das forças sociais, afetando também nossa compreensão analítica sobre a dinâmica da luta de classes. Afinal, ao mesmo tempo que ela se intensifica, temos dificuldade em definir seus sujeitos. Mesmo diante das últimas crises, que contestam os pressupostos teóricos do neoliberalismo e criam condições para mobilização política contrária às suas políticas, o resultado tem sido a reafirmação do neoliberalismo (KLEIN, 2008), em variados contextos socio-históricos e em bases cada vez mais amplas.

A resiliência do neoliberalismo em meio à atual crise sociorreprodutiva tem ativado o debate em torno de sua capacidade de adaptação em diferentes contextos sociais. Tal discussão busca problematizar o modo como o neoliberalismo foi entendido até então, especialmente pela abordagem da economia política, e tem promovido importantes contribuições, sobretudo no campo marxista mais heterodoxo. Nesse debate, para além de uma leitura economicista do fenômeno, já é bastante consensual que o neoliberalismo não se reduz à liberalização econômica, ainda que possa representar um “projeto político-ideológico da classe dominante” que estabelece

o primado da mercantilização do trabalho, da natureza, do dinheiro e do conhecimento (HARVEY, 2008; BURAWOY, 2021).

O neoliberalismo não se limita ao campo econômico ou político, tão pouco se restringe à redução da regulação estatal, ainda que tenha modificado seu papel e implique um novo sistema de regulação social (WACQUANT, 2012). Porém, a interação com modos de regulação histórica e geograficamente precedentes tem resultado em hibridizações (BRENNER; PECK; THEODORE, 2012). Entendido como um sistema normativo que orienta práticas e condutas, o neoliberalismo constitui uma forma de “governamentalidade” (FOUCAULT, 2008). Daí ele ser considerado a racionalidade política que governa a atual sociedade capitalista (DARDOT; LAVAL, 2016). Na realidade, o neoliberalismo abarca todas essas dimensões em uma totalidade estruturada pela capacidade do próprio capitalismo de expandir-se e reconfigurar-se a partir de suas crises imanentes. Daí vemos sentido em falar em uma “era neoliberal”, assemelhada às eras liberal e estatal dos séculos XIX e XX (GERBAUDO, 2021).

Essas redefinições colocam em discussão os modos como o neoliberalismo se difunde e interage com dinâmicas sociais específicas, bem como a maneira como seus desdobramentos socio-reprodutivos e formas de resistência tendem a assumir o primeiro plano da cena política contemporânea. Com o objetivo de contribuir com esse debate, o presente dossiê discute **as reconfigurações sociais decorrentes da globalização neoliberal a partir da centralidade dos processos de produção e reprodução social em territórios situados.**

A problematização da relação entre trabalho, política e territórios se insere num contexto multidimensional de crise, também identificada como “crise socio-reprodutiva” (FRASER; JAEGGI, 2020). Entendemos ser esse um tipo de situação histórica produzida pelo modelo de desenvolvimento capitalista que, ao aprofundar a dinâmica neoliberal da acumulação por espoliação, desestabiliza as condições necessárias à reprodução social da mercadoria responsável pela própria acumulação, isto é, a força de trabalho. Os principais efeitos dessa crise emergem de forma mais explícita no âmbito familiar e ameaçando a economia de subsistência, ou seja, as condições sociais de manutenção e renovação das comunidades e trabalhadores em seus territórios e espacialidades.

A pandemia de covid-19 acrescentou novas camadas de complexidade à crise. Seu sentido aparente consiste no medo generalizado do perigo da morte que já não conhece fronteiras nacionais (SANTOS, 2021). No entanto, o que a pandemia expressou está muito além disso, expondo os efeitos da relação destrutiva do sistema sociometabólico do capital com o meio ambiente (MÉSZÁROS, 2002). Fruto dessa mesma relação, os inúmeros desastres ambientais dos últimos anos, como os ocorridos no Brasil, correspondem às políticas de morte no neoliberalismo e à essência irracional de um regime de acumulação por espoliação baseado na mercantilização do trabalho, da natureza, do dinheiro e do conhecimento.

Outro aspecto apontado com frequência nas análises é o impacto territorialmente desigual da crise socio-reprodutiva, tanto em escala global quanto local, o que se tornou evidente

com a pandemia, que afetou principalmente os grandes centros urbanos e foi mais letal nas áreas periféricas, onde se concentram as populações negras e de menor renda. Da qualidade das habitações e comunidades onde vivem os trabalhadores pobres às estratégias corriqueiras usadas pelas famílias trabalhadoras a fim de assegurar algum trabalho remunerado, multiplicam-se os exemplos de como as desigualdades sociais criadas pela divisão do trabalho, em especial, as desigualdades de gênero e raciais, se espacializam.

No mundo todo, a precariedade das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores pobres, em especial os informais e imigrantes, tem revelado o problema mais geral daquilo que podemos chamar de fronteiras de classe da pandemia, separando trabalhadores protegidos de desprotegidos, brancos de negros, nativos de indocumentados (FRASER; JAEGGI, 2020). É possível verificar uma enorme desigualdade entre, por um lado, os profissionais protegidos que conseguem trabalhar em *home office* e, por outro, os trabalhadores precários impelidos à exposição aos riscos da infecção por dependerem do transporte público e trabalharem lado a lado com seus colegas. Assim, os danos sanitários e econômicos da pandemia conjugam-se às históricas desigualdades sociais e de acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais.

Embora a crise tenha, de início, se apresentado de forma menos aguda na América Latina, ela se potencializou com a crise política que desestabilizou governos de centro-esquerda, colocando em xeque a sobrevivência da democracia liberal na região. Ao mesmo tempo, intensificam-se as reformas neoliberais, constituindo um circuito da crise, que começa no âmbito da produção, mediante a queda da taxa de lucro, se transfere às classes trabalhadoras na forma do desemprego, do subemprego permanente, do aumento da informalidade, do ataque aos direitos trabalhistas e aos serviços públicos, e termina “compensando” as perdas do capital em detrimento das condições de vida das classes trabalhadoras, muitas vezes, fazendo da pobreza uma oportunidade de negócio.

Tendo em vista esse enquadramento mais amplo e considerando a importância de compreender os desenvolvimentos atuais da crise neoliberal em territórios social e politicamente situados, os artigos reunidos neste dossiê trazem pesquisas que, de diferentes perspectivas, exploram esses desdobramentos, nos auxiliando na identificação dos modos de difusão e interação do neoliberalismo com o mundo social, especialmente ligado ao trabalho e aos territórios.

No artigo **Reespacialização industrial e seus efeitos sobre o emprego e o sindicalismo metalúrgico no estado de São Paulo**, Iram Jácome Rodrigues, Jacob Carlos Lima, Jonas Tomazi Bicev e Thamires da Silva discutem os impactos da reespacialização da indústria metalúrgica de São Paulo sobre a organização sindical. A análise acompanha a dinâmica da indústria em duas escalas: de um lado, a reconfiguração das cadeias globais de produção e, de outro, a redistribuição espacial do setor automobilístico no estado de São Paulo em seis regiões. Os autores destacam a perda de importância do Brasil na indústria automobilística na crise econômica recente e a contínua transferência de unidades produtivas do tradicional polo do ABC paulista para outras

regiões do estado. Nesse quadro, analisam o perfil dos trabalhadores das fábricas e a flexibilização das relações de trabalho, discutindo as estratégias da gestão e a crise aguda dos sindicatos em meio ao novo cenário da indústria.

Ao apontar a reespecialização industrial como uma variável relevante para a análise da organização do trabalho, os autores fazem contribuições significativas para uma discussão clássica da sociologia do trabalho. A abordagem espacial ajuda a perceber conexões entre os processos de fragmentação e descentralização industrial nos países asiáticos, o ciclo de crescimento e expansão do consumo nos países latino-americanos, a concorrência entre os governos locais, por meio da política fiscal, e os efeitos da flexibilização das relações de trabalho. Com isso, também evidenciam como novas tendências tecnológicas aceleram a dinâmica espacial das cadeias produtivas, enquanto reforçam a velha divisão internacional do trabalho, legando aos chamados países do Norte Global a tecnologia de ponta, e aos do Sul Global, a produção de produtos primários ou de menor valor agregado.

Nesse contexto de reconfiguração produtiva em diferentes escalas, o artigo **Classe trabalhadora na “capital do agronegócio”: mundo do trabalho e espaço urbano em Sorriso (MT)**, de Luiz Felipe de Farias, explora os contornos do espaço urbano desenhado pelo agronegócio. O autor analisa a relação entre o trabalho e a produção do espaço urbano em um dos municípios de maior produção de soja no Brasil, discutindo o complexo de relações sociais e as tensões entre um espaço integrado em escala global e segregado em escala local.

A reconstituição do processo socioespacial do município revela um urbano recente e ainda pouco analisado. Trata-se de um território hoje dominado pelo poder do agronegócio, que avança sobre todo o centro-oeste e norte do país, destruindo biomas e modos de vida e homogeneizando o espaço. Fundadas sobre nossa desigual base fundiária e já no contexto de neoliberalização, essas “cidades novas” derivam de dinâmicas sociais e econômicas distintas daquelas que constituíram a urbanização ao longo do século XX. Foram impulsionadas pelas atividades ligadas à exploração do solo e do meio ambiente, do garimpo à produção de carnes e soja em grande escala. O urbano que brota nesse espaço reproduz o velho padrão de segregação socioespacial operacionalizado pelo capital imobiliário e, muitas vezes, intensificado pelos programas habitacionais. De outro lado, acrescentam-se novas camadas de complexidade social ao envolver fluxos migratórios de diversas regiões ocupando postos de trabalho em condições variadas.

Ao retratar a experiência dos trabalhadores mobilizados pela agroindústria, Farias aponta tensões que permeiam a relação com o trabalho e a cidade, como a “desterritorialização” dos vínculos sociais, a crise de identidade, os conflitos entre aspectos culturais e racionalidade neoliberal, as disputas e hierarquias entre migrantes do sul e do norte, e a precariedade das relações de trabalho. Com isso, evidencia as contradições entre as demandas da reprodução social dos trabalhadores migrantes e as exigências da reprodução ampliada do capital, a qual se manifesta, principalmente, na questão da moradia. A cidade do agronegócio é inabitável para o trabalhador, que, por sua vez, vive no fluxo entre seu território de origem e o trabalho precário.

Na outra ponta desses processos de deslocamentos e “desterritorialização”, o artigo **O Subúrbio Ferroviário de Salvador entre despossessão e atravessabilidades: (des)encontros entre mundos de vida e produção de infraestruturas**, de Thais Rosa Troncon, Gloria Cecília Figueiredo e Atailon Matos da Silva, aborda o conflito envolvendo as transformações urbanas e diversas territorialidades constituídas pelo Subúrbio Ferroviário, em Salvador (BA). A análise dos processos decorrentes de um projeto de substituição dos trens na região mostra como infraestruturas urbanas incidem sobre um território historicamente definido como local de moradia dos trabalhadores assalariados e informais, e podem funcionar como dispositivos de gestão diferencial de populações e territórios racializados.

Colocando-se nas fronteiras entre o registro do conflito em ato e a intervenção intelectual, os autores fazem uma etnografia da vida cotidiana dos moradores e suas relações com o lugar, descrevendo os modos de vida que caracterizam aqueles territórios e sua desestruturação com o avanço das formas de extração de valor e da violência estatal e corporativa dirigida às populações que vivem lá. Ao mesmo tempo que a substituição do trem pelo monotrilho conecta circuitos globais do capital e intensifica a dinâmica da cidade, ela desarticula redes de relações constituídas pelos usos da infraestrutura ferroviária e que atualizam a ancestralidade indígena e afrodescendente, ampliando a extração de renda. Assim, os circuitos ligados aos mundos da pesca e ao trabalho informal e os usos do espaço pelas moradias e pelas práticas sacras do candomblé e de religiões de matriz africana são ameaçados.

Os autores fazem contribuições relevantes ao entender o território na sua conjugação com o social, e não como projeção dele, observando dinâmicas socioespaciais e inserindo-se nelas. Dessa perspectiva, os territórios revelam a simultaneidade dos processos e das temporalidades, dando visibilidade às confluências entre colonialidades, racionalidades e novas dinâmicas globais do capital, numa contínua integração subjugada de sujeitos racializados e da colonização das terras e dos modos de vida. A espacialização dos conflitos também torna visível os atravessamentos sociais que criam brechas e desafiam as fixações e limites do espaço-tempo ordenado, ao resgatar heranças culturais e construir uma narrativa própria. Com isso, os autores avançam no debate sobre os estudos urbanos, problematizando a generalização do paradigma paulistano nas interpretações acerca das cidades brasileiras, que historicamente invisibilizou a questão étnico-racial e os atravessamentos de gênero, bem como definiu as periferias por suas ausências.

Considerando esses entrecruzamentos histórico-espaciais que constituem a realidade latino-americana, o artigo de Marcella Araujo, **As prestações de conta de um pequeno negócio**, interroga conceitos e categorias do trabalho pautadas por um paradigma do trabalho formal pouco condizente com nossa experiência social. No intento de compreender o significado e implicações do empresariamento operacionalizado na figura do MEI para a organização do trabalho, a autora propõe uma abordagem etnográfica sobre as prestações de contas de um pequeno negócio que atua na manutenção da cidade, no Rio de Janeiro (RJ). A pesquisa

mostra como associações de moradores tornam-se agentes que intermedeiam contratos e contatos profissionais, e como trabalhadores da construção civil tornam-se empresários de si e subcontratados por grandes empreiteiras.

Beneficiando-se dos conhecimentos de mundo dos atores que vivem as situações e relações em toda a sua dinamicidade, a análise explora o universo de relações sociais que se colocam entre as pessoas jurídicas e as pessoas físicas nas relações econômicas, evidenciando práticas e valores que viabilizam os processos produtivos e o mercado de trabalho nas obras urbanas. A etnografia da prestação de contas é sobre como contratos e planilhas camuflam as medidas de tempo de trabalho, como as grandes empresas transferiram custos e riscos do capital para os trabalhadores ao torná-los empresários de si e concorrentes uns contra os outros, como a concorrência entre subcontratados impulsiona a exploração da força física, posto que o maquinário e as tecnologias de produção precisariam ser contratados e passam a representar um custo a mais. Diante da lógica racionalizada do capital, a sobrevivência do trabalhador empresário depende de seu saber tácito, de cada experiência e conhecimento adquirido, além de muito “jogo de cintura”. Conhecimento esse tributário da experiência social, e que é mobilizado pelo capital e posto a serviço dele.

Entretanto, se a flexibilização dos vínculos trabalhistas exige formas mais sofisticadas de controle do trabalho, supõe-se também que as práticas e interações escapem aos enquadramentos formais e institucionais. É em meio a relações de confiança, generosidade, ajudas e favores, que se processam as atividades econômicas. Hierarquias, diferenças salariais e poder são atravessadas por valores e códigos próprios de sociabilidade. É aqui que a relação entre patrão e empregado é borrada pelos vínculos de solidariedade entre realidades mais afins, quando a exploração das subcontratadas pelas “empresas grandes” é percebida, e a concorrência entre as subcontratadas pode ser substituída por estratégias de cooperação e apoio mútuo. A imersão no campo da prática social econômica mostra que ser “dono do negócio” não é o mesmo que “ser dono do capital”. Enquanto esse implica ser patrão, aquele está mais para evitar o patrão. Na distância entre esses dois casos residem contradições e conflitos entre capital e trabalho, os quais indicam as possibilidades e limites da organização coletiva.

A aposta metodológica de Marcella Araujo se mostra promissora, porque entra na instância imediata da vida concreta e traz para a análise elementos de ordem econômica, moral e política, mostrando como se dão os agenciamentos econômicos contemporâneos. Ao focar na atividade de produção material da cidade, a análise mostra como a chamada informalidade aparece sob a roupagem do empreendedorismo.

Dentro da especificidade e heterogeneidade que compõem a realidade do trabalho na América Latina, o artigo de Osvaldo Battistini, *Un jefe en el teléfono: el trabajo en tiempos de virtualidades*, trata do trabalho em plataformas virtuais, por meio de uma pesquisa com trabalhadores de três aplicativos de entrega em Buenos Aires, Argentina. Além do consenso acerca da precariedade das relações de trabalho nessas plataformas, o autor contextualiza a

constituição dessas formas de trabalho na Argentina apontando condições que as viabilizaram e as características dos trabalhadores a elas vinculados. Ele destaca como as novas tecnologias se articulam a antigas práticas econômicas, próprias de economias periféricas, para atender a demandas criadas pela intensificação do ritmo da produção, conformando toda a organização da vida cotidiana das famílias. Por trás disso tudo, um padrão “invisível”.

A gestão neoliberal do trabalho agenciou milhões de trabalhadores espalhados por todo o mundo e fez disso um valor, deixando todo o resto por conta do próprio trabalhador, que se engaja na plataforma, assume os custos e riscos da atividade e faz sua jornada de trabalho. No entanto, o autor observa que, por ser uma saída de emergência para esses trabalhadores, esse trabalho também não representa uma perspectiva profissional. Nesse sentido, a questão da precariedade não se encerraria na formalização e regularização, mas envolveria a ampliação das alternativas de emprego. Isso nos remete aos velhos dilemas do desenvolvimento capitalista na América Latina.

Para muitos estudiosos do tema, a chamada “uberização” implica a generalização do trabalho precário típico das economias periféricas, bem como a apropriação das estratégias de sobrevivência pelo chamado empreendedorismo. Contudo, embora as novas informalidades se assemelhem às formas anteriores – tradicionalmente associadas à marginalidade e à periferia do sistema capitalista –, elas diferem em muitos aspectos, demonstrando como as metamorfoses da informalidade constituem um traço incontornável da reprodução da sociedade capitalista (ROSALDO, 2021).

Considerando a recente visibilidade da chamada uberização, no artigo *The Meanings of Uberism: Work Platforms, Informality and Forms of Resistance in the City of São Paulo*, Ruy Braga e Douglas Silva exploram as relações entre as plataformas, a nova informalidade dominada por elas e as formas de resistência. Ao discutir as condições globais do trabalho precário, os autores destacam a relação conflituosa entre a acumulação capitalista e a reprodução social, a qual ganha particular relevância no atual contexto de crise sanitária. Mas longe de ser pontual, esse conflito resulta da substituição do padrão de solidariedade fordista pelo neoliberalismo, desencadeando um conflito normativo, que desafia também as identidades e representações sociais.

A pesquisa etnográfica com grupo focal investiga as representações e expectativas dos jovens trabalhadores negros e periféricos na cidade de São Paulo, apontando a relevância das questões raciais e geracionais na experiência coletiva desses trabalhadores, e os desencontros entre o trabalho de plataforma e as expectativas profissionais dos jovens. Movidos principalmente pelo desejo de independência financeira e acesso a bens de consumo, muitas vezes, visando ao investimento na própria atividade de entrega, esses jovens encontram identificação entre si nas referências periféricas compartilhadas. Tanto a expansão do consumo quanto a afirmação de uma identidade negra e periférica correspondem a mudanças recentes no Brasil.

De modo geral, os denominados trabalhadores por demanda são jovens expulsos do mercado de trabalho pelo desemprego ou vindos de experiências de subemprego e de trabalho terceirizado. Curiosamente, a percepção desses trabalhadores em relação ao trabalho de entrega considera a flexibilidade dos horários como vantagem, o que envolve certa recusa à rotina do trabalho repetitivo – que está no imaginário do trabalhador –, mas também a falsa ideia de liberdade e controle do próprio tempo, pela qual opera a racionalidade neoliberal. Já a principal desvantagem mencionada por eles é o medo da violência urbana.

Os dois últimos artigos trazem elementos importantes para pensar sobre os tempos e espaços do trabalho de plataforma. Apesar das transações serem em espaços virtuais, os serviços de entregas se realizam em espaços concretos, estabelecendo uma conexão entre as plataformas e a cidade. Ao mesmo tempo que a circulação dos entregadores pela cidade é apresentada pelas plataformas como “passeio”, e não como trabalho, os destacados uniformes e equipamentos (adquiridos pelos próprios entregadores) exibem cores e logos das empresas dos aplicativos como *outdoors*, revelando um grande contingente de trabalhadores dispersos pela cidade, conectados pelo aplicativo, e submetidos a novas modalidades de informalidade.

Mais do que um suporte para a circulação das mercadorias, as cidades são parte constitutiva da economia de plataforma, que depende de suas infraestruturas e vias, da concentração e fluxo populacional, e das dinâmicas cotidianas próprias das grandes cidades; a regulação das plataformas, no entanto, está fora da jurisdição local e nacional. O serviço de entrega existe no fluxo da cidade, enquanto movimento permanente de circulação das mercadorias, incluindo o próprio trabalho, em grande medida composto por jovens e imigrantes. O aplicativo controla esse fluxo dificultando as pausas e encontros entre os entregadores. Apesar disso, eles acabam definindo locais de parada e criando referências territoriais, onde as interações que ocorrem entre os entregadores aproximam experiências comuns e se estendem também para as redes sociais, viabilizando a comunicação permanente sobre situações diárias e também mobilizações coletivas. Esses espaços são também o *locus* das pesquisas de campo sobre o tema, e suas características territoriais podem constituir parte relevante da análise, já que representam a fusão do local de trabalho com a cidade.

Como visto em todos os artigos, as espacialidades urbanas aparecem como fator relevante para compreender as novas dinâmicas do trabalho e as reconfigurações do neoliberalismo em suas variações contemporâneas. Certamente, o foco em diversas territorialidades é uma abordagem promissora para pensar o processo de neoliberalização e também as resistências a ele.

Boa leitura!

Referências

- BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nik. Após a neoliberalização? **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 14, n. 27, p. 15-39, jan./jun. 2012.
- BURAWOY, Michel. **Public Sociology**: Between Utopia and Anti-Utopia. Cambridge: Polity Press, 2021.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FOUCALT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate**: uma conversa na teoria. São Paulo: Boitempo, 2020.
- GERBAUDO, Paolo. **The Great Recoil**: Politics after Populism and Pandemic. Nova Iorque: Verso, 2021.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.
- KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque**: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ROSALDO, Manuel. Problematizing the “informal sector”: 50 years of critique, clarification, qualification, and more critique. **Sociology Compass**, v. 15, n. 9, p. 1-14, set. 2021.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora**: da pandemia à utopia. São Paulo: Boitempo, 2021.
- WACQUANT, Loïc. Três etapas para uma antropologia histórica do neoliberalismo realmente existente. **Cad. CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 505-518, dez. 2012.